

# Divisão do estado de Mato Grosso do Sul e o movimento de municipalização do ensino na década de 1980<sup>1</sup>

Nadia Bigarella

Doutoranda em Educação pela UNICAMP. Professora dos Cursos de Pedagogia da UNAES/MS e da UNIDERP.  
e-mail: nadiabig@terra.com.br

## Resumo

Este artigo tem a finalidade de apresentar e comentar o movimento da política de municipalização do ensino de 1º grau, hoje ensino fundamental, como componente essencial da política de descentralização do ensino em Mato Grosso do Sul desde sua instalação oficial, em primeiro de janeiro de 1979, com a posse do primeiro governador do Estado Harry Amorim Costa. Este resgate histórico, por intermédio de pesquisa documental e bibliográfica é importante para compreender as lutas políticas entre centralização e descentralização, que interferiram na organização da estrutura do Poder Executivo. Em visão retrospectiva, é possível depreender que existam embates na sociedade política do Estado, que provocaram a troca de cinco governadores, entre os anos de 1980 a 1990, gerando a rotatividade de cinco secretários de educação, fato que causou vários problemas para o setor educativo.

## Palavras-chave

Centralização; descentralização; municipalização.

## Abstract

The purpose of this article is to present and to comment on the movement of the municipal policy in primary education as the essential element in opposition to the decentralization policy organization in South Mato Grosso since the State was separated and officially established, on the first of January of 1979 under its first governor Mr. Harry Amorim Costa. This Historical Background, through bibliographic research is extremely important for the understanding of political conflicts between centralization and decentralization, which had strongly interfered in the organizational structure of the Executive Power. From a retrospective point of view it is possible to conclude that there were conflicts among the Powers within the political society of the State, which caused the substitution of five governors between the years of 1980 and 1990, and also caused the dismissal of five secretaries of state for education in the State of South Mato Grosso, causing various problems for the educational sector.

## Key words

Centralization; decentralization; municipality.

## INTRODUÇÃO

A descentralização do poder público está presente na história desde o início da organização do Estado brasileiro, mas somente nas décadas de 1980 a 2000 ganhou visibilidade como projeto político, provocando discussões entre os grupos, o que dirigia o país e o outro que fazia oposição política aos detentores do poder. A descentralização também está associada ao debate sobre as políticas sociais, por isso, é indispensável compreender a descentralização do ensino, sob a forma de municipalização, como um componente essencial da política de descentralização, fiscalização e controle da execução de políticas públicas<sup>2</sup> educacionais. Logo, é fundamental entender e diferenciar os conceitos de descentralização e municipalização do ensino como base norteadora para prosseguir esta discussão.

Para discutir descentralização é necessário compreender seu contrário: centralização. Centralizar é aproximar-se do centro e descentralizar significa afastar-se do centro. Portanto, centralizar é aproximação do poder central, enquanto que descentralizar é o distanciamento do poder central, ou seja, “as decisões e as definições de ações para a alocação de recursos, em graus variados de autonomia, seriam tomadas em instâncias outras que não as centrais” (OLIVEIRA, 1999, p. 14).

Por conseguinte, “descentralizar, em sentido comum, é afastar do centro; descentralizar, em sentido jurídico-administrativo é atribuir a outrem poderes da administração” (BOTH, 1997, p. 88). Descentrali-

zar “compreende a distribuição do poder às jurisdições de âmbito territorial e a relação das partes com o todo” [Exemplo: o Ministério da Educação distribui poderes para as Secretarias de Estado de Educação, ou, a Secretaria de Estado de Educação distribui poderes para as escolas que estão integradas a sua rede]<sup>3</sup>.

Desta forma, a descentralização difere da municipalização, apesar da municipalização do ensino ser um componente essencial da política de descentralização, mas não é descentralização; é apenas uma forma de descentralização, conceituada como transferência ou passagem de responsabilidades ou encargos e tomadas de decisões [com a participação de representantes da sociedade civil] do Estado para os municípios, pela existência de **convênio: Estado e Município**, em regime de colaboração, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.

### Gestão de Harry Amorim costa e a municipalização (1979)

O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado através da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Sua instalação oficial ocorreu em primeiro de janeiro de 1979, com a posse do primeiro governador do Estado Harry Amorim Costa, indicado pelo presidente da República [Ernesto Geisel] (OLIVEIRA, 2000). Essa indicação ocorreu porque Harry Amorim Costa era originário do Estado do Rio Grande do Sul [conterrâneo de Geisel]<sup>4</sup> e estava alheio às divergências internas entre as duas facções

da Aliança Renovadora Nacional (ARENA)<sup>5</sup>: independentes ou pedrossianistas e ortodoxos<sup>6</sup> disputavam o controle do aparato político-administrativo do Estado e a dominação dos mecanismos clientelistas por um dos segmentos da burguesia rural

[...] cujos interesses estavam voltados para a atividade econômica mais tradicional da região Sul do antigo Mato Grosso, a pecuária e, outra, cujos interesses passavam pela introdução da racionalidade e da tecnologia mais avançada na agricultura e pela industrialização do Estado (ROCHA, 1992, p. 34).

Após pressão dos pedrossianistas e ortodoxos sobre o Planalto, o Presidente Geisel (1979), depois da aprovação do Senado, indicou um governador para Mato Grosso do Sul, para que se superasse as disputas internas entre as duas alas políticas da ARENA, evitando assim, a crise iniciada na sociedade política do novo Estado, já que Mato Grosso do Sul estava sendo criado para ser um Estado modelo, aqui seriam aplicadas novas técnicas de administração pública, pois

[...] na lógica do Planalto Central, guiado pela tecnocracia, seria esse o modelo que daria conta de gerir o novo Estado, bem como controlá-lo politicamente de forma a ser mais um elemento para assegurar o projeto político de distensão do regime militar sem afetar interesses já consolidados (FERNANDES, 1996, p. 68).

Compactuando com o raciocínio do Planalto Central, Harry Amorim Costa [que auto se definia como um simples técnico apartidário (ROCHA, 1992)] assume no dia primeiro de janeiro de 1979 o posto de governador do Estado, sem qualquer legitimidade e com a intenção de fazer um

governo técnico. Em discurso oficial, prometeu que seriam aplicadas novas técnicas em administração pública, para tanto, a estrutura do Poder Executivo seguiria as “diretrizes, convencionalmente, recomendadas no campo do desenvolvimento organizacional [...]” (OLIVEIRA, 2000, p. 271).

O Estado foi criado como forma de afiançar um projeto político pós-liberal, com a filosofia de “transformar problemas políticos, sociais e econômicos em problemas administrativos” (FERNANDES, 1996, p. 69). Por isso, o governo teria uma estrutura enxuta com um número reduzido de fundações e setores administrativos descentralizados (diretos e indiretos), capazes de atender as obrigações e as responsabilidades, para com aos municípios. [A criação de Mato Grosso do Sul, merece reflexão, pois implicou na eleição de mais três Senadores e mais uma bancada na Câmara Federal, garantindo maior espaço de manobra para a concretização dos objetivos políticos do Governo Militar (ROCHA, 1992)].

O Estado de Mato Grosso do Sul, seria modelo para todo o Brasil, precisava ter um plano de governo com o intuito de representar a modernização que o país almejava [desejo do Governo Militar para perpetuar seus 20 anos de ditadura]. Para tanto, esse novo Estado deveria ser mais dinâmico, mais racional, mais flexível, mais descentralizado, mais aberto de acordo com os padrões internacionais, como também, para facilitar o Estado a “efetivar o resgate da **dívida social**” (FOGAÇA, 2001, p.58, grifo nosso). [Ressalte-se uma grande contradição do Governo Militar ao defender o resgate da dívida social, já que, que este

governo beneficiou a classe média durante a sua gestão em detrimento da classe pobre].

É imbuído desse espírito que o governador Harry Amorim Costa apresenta o modelo de organização do Poder Executivo, em discurso oficial, no ato de instalação do Estado de Mato Grosso do Sul

a) [...] a estrutura básica é normativa, orientadora, coordenadora e avaliativa, e, por isso mesmo leve e dinâmica.

b) A ação executiva, através de órgão vinculado, é descentralizada por regionalização, em amplo apoio aos Municípios.

c) Setores afins, nas áreas psico-social e econômica, são gerenciados de forma integrada (ROCHA, 1992, p. 44).

O governador explica que os “setores afins” implicam a participação da comunidade, incluindo as representações credenciadas dos setores administrativos, sociais, políticos e empresariais. Participação esta que seria assegurada por Conselhos Consultivos Regionais e Conselho Estadual para o Desenvolvimento Econômico e Social (ROCHA, 1992).

No discurso<sup>7</sup> do governador Harry Amorim Costa, apareceram duas linhas da doutrina neoliberal: estimular a iniciativa privada e a estrutura de governo em um modelo mais organizado, compacto, leve, flexível e aberto. Palavras facilmente encontradas na luta política e ideológica que se traça cotidianamente na mídia e nos confrontos eleitorais.

Na gestão de Harry Amorim Costa, o Poder Executivo teria a incumbência de planejar, orientar, supervisionar, coordenar e

controlar, pois a responsabilidade da execução das atividades seria descentralizada e delegada às prefeituras. Para amparar legalmente essas medidas, o Governo faria uso de convênios [Estado para os municípios, pela existência de convênio, em regime de colaboração = **Municipalização**] instrumentos que tinham o objetivo de fortalecer a coordenação de ações dos órgãos estaduais e municipais que exercessem atividades semelhantes. A intenção era aumentar o empenho e investimentos no Estado, por isso, a abertura para a participação do setor privado, mediante contrato ou concessões. Também serviria de modelo para a Reforma do Estado que estava na pauta do Governo Federal, devendo seguir as seguintes diretrizes: planejamento participativo e sistêmico, fortalecimento do setor privado, descentralização e modernização da máquina do governo [diretrizes que só poderiam ser realizadas por um governo democrático e aberto politicamente, assim o político e o econômico passaram ser questões centrais da década de 1980].

Por essas razões, o governo federal, da época, recrutou um grupo de técnicos, a idéia era ter na área de planejamento técnicos das diversas especialidades seguindo as competências do Sistema de Desenvolvimento de Recursos Humanos (SDRH): pessoas das áreas: do planejamento, do orçamento, da educação, da saúde, do trabalho e da promoção social, da cultura e do desporto.[Assim, Mato Grosso do Sul não teria uma Secretaria de Educação e sim uma Fundação de Educação, a qual tinha por finalidade administrar o ensino do Estado assegurando uma máquina do governo

dinâmica, econômica e eficaz, que tinha como representante não um secretário de educação, mas um diretor-presidente da Fundação, por ocasião, Antonio Salústio Areias] (ROCHA, 1992).

Cabe observar que a concepção de municipalização estava ligada a uma ação política menos burocratizada, permitindo maior flexibilidade e mais democracia na escola. Idéias antagônicas as do regime que assumira o poder através de um golpe de estado [governo centralizador]. Além disso, o governo militar determinou uma cadência acelerada ao desenvolvimento econômico com uma dinâmica moderna. Contraditoriamente ao movimento dinâmico, acentuaram-se as tendências centralizadoras.

Essa contradição sinaliza uma crise fiscal nos sistemas econômico e social, embora ainda não aparente, mas que suscitava uma reforma do Estado como prioridade no ementário do Governo Federal, substituindo as diversas versões do estadismo e do nacionalismo prevalentes nos anos de 1950 a 1970, por projetos de "aparatos estatais com menor poder de intervenção direta na economia e na vida social" (SILVA *apud* BIGARELLA, 2004, p.60).

Os municípios, como comunidades básicas e celulares da nação, seriam fortalecidos, tornando-se capazes de influir no processo decisório e na execução das propostas da SDRH, pois segundo o Sistema e Administração de Projetos Ltda (Projed)<sup>8</sup> o ajustamento das políticas sociais seria uma boa opção para reverter o saldo inaceitável no campo do bem - estar social, já que tais resultados eram consequência de po-

líticas sociais fragmentadas e impediam que o homem adquirisse hábitos, valores, capazes de fazer com ele se desenvolvesse como pessoa plena. Por esse motivo, as "[...] comunidades básicas e celulares da nação eram vistas como receptáculos naturais e primeiros das aspirações e anseios do homem do meio rural, bem como de suas reclamações" (PROJED, 1978 *apud* ROCHA, 1992, p. 48). Assim os municípios teriam maior chance de verificar as falhas na execução dessas propostas e fazer as correções necessárias, planejar melhor seu orçamento, para suprir suas necessidades. Uma vez que, para o Projed, um município bem aparelhado teria mais êxito em fixar o homem no meio rural.

O discurso da descentralização aconteceria por intermédio da execução das ações pelos municípios [convênios com os municípios], pois a idéia era determinar planos, programas e transferir recursos financeiros para que as prefeituras os executassem, pois o Governo que tomava posse acreditava que "[...] o dinheiro público aplicado mais perto da comunidade seria melhor fiscalizado, mais bem administrado [...]" (ROCHA, 1992, p. 48-49).

Quanto à escola, foi eleita pelo governo como a base ideal para abrigar os programas sociais, porque era uma instituição que tinha várias unidades espalhadas por vários municípios no Estado e estava sempre em contato com a população do interior. É evidente que também economizariam com construções, mobílias, funcionários, água, luz. Afinal, o governo queria gerir o novo Estado com uma máquina enxuta, leve e compacta, perseguindo as

premissas da racionalização e eficiência da Administração, não dos serviços.

Foi o projeto elaborado pelo Poder Executivo para as políticas sociais do Estado, via Secretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos (SDRH), que desagradou às elites políticas sul-mato-grossenses, cuja história política foi construída através do clientelismo político somado a fatores de ordem econômica. As ações descentralizadoras ameaçavam essa elite, no momento em que a SDRH, por meio de suas Fundações, iria agir diretamente com os prefeitos em cada municípios [regime de colaboração entre Estado e municípios], sem precisar recorrer aos deputados estaduais e seus correligionários que, “[...] em função da nova prática do Governo não eram mais o vínculo entre o município e a liberação de verbas” (FERNANDES, 1996, p. 74).

Segundo Fernandes (1996), a sociedade política do Estado estava descontente com essa outra forma de se fazer política, que era diferente da política feita no Estado. O argumento usado para justificar esta dissonância era que a descentralização das políticas sociais afastaria estes grupos políticos de suas bases eleitorais. O que culminou em um embate entre os dois modos de fazer política, levando à queda do Governador Harry Amorim Costa. A partir dessa data iniciou-se o dismantelamento de parte do Poder Executivo e sua “feudalização”<sup>9</sup>.

É importante ressaltar que a divisão do Estado de Mato Grosso deveria dar conta de não criar entreveros políticos, pois o governo central estava preocupado com as eleições para Presidente da República que

aconteceria em 1985. “Assim sendo, o Governo Central deveria conciliar os interesses divergentes gestados no novo Estado” (FERNANDES, 1996, p. 80), pois, “[...] duas facções que se digladiavam em torno da nomeação para governador, mas que na verdade ia além, estava em disputa qual setor da economia teria a hegemonia política naquele momento” (FERNANDES, 1996, p. 71).

Com a queda de Harry Amorim Costa, as forças políticas locais conseguiram impedir que o outro titular da SDRH se tornasse forte, como o antigo<sup>10</sup> e também impediram essa secretaria de explorar alguns setores da Administração Pública, conforme interesses eleitorais.

Assim, o Estado de Mato Grosso do Sul traz em seu bojo os planos do Governo Central somado à herança política de suas elites que travaram uma queda-de-braço no processo de consolidação do Estado, acirrando cada vez mais as lutas entre as duas facções, que disputavam “[...] qual o setor da economia teria a hegemonia política naquele momento” (FERNANDES, 1996, p. 71), o que resultando no esfacelamento dos planos do Governo Central.

### Gestão de Marcelo Miranda Soares e a municipalização (1979 – 1980)

Com a saída do Governador Harry Amorim Costa, no dia 13 de junho de 1979, é nomeado para assumir o cargo de governador Marcelo Miranda Soares, que figurava na ala dos independentes ou pedrossianistas com estreita ligação com os setores médios urbanos e industriais (FERNANDES, 1996).

Ainda na esteira dos acontecimentos, as diferenças acentuadas dos interesses econômicos entre as duas facções dificultavam a escolha de um político para assumir o cargo de governador. A fim de garantir a continuação da prática da dominação pela posse do Aparelho do Estado, pois sem o controle deste estavam ameaçados a desaparecerem do cenário político os três senadores arenistas, Pedro Pedrossian, Saldanha Derzi e Mendes Canale, que deixaram de lado suas divergências e conseguiram a exoneração do governador Harry Amorim Costa e a nomeação de Marcelo Miranda Soares<sup>11</sup> (FERNANDES, 1996).

Portanto, Marcelo Miranda Soares representava, naquele momento, um Estado com base política forte e unida, assegurando o relaxamento das tensões entre os políticos, o que facilitaria o processo das eleições diretas para governador do Estado, e para presidente da República, em 1984, assegurando para o Poder Executivo “espaço de manobra cada vez maior e maior liberdade de ação para concretização de seus próprios objetivos políticos, sem interferências desastrosas ou perturbadoras” (ROCHA, 1992, p. 31), da oposição e das próprias hostes<sup>12</sup> governamentais.

No pouco tempo que esteve à frente do Governo, Marcelo Miranda Soares desmonta a estrutura administrativa do Estado, formada pela equipe técnica de Harry Amorim Costa. Naquele momento, a prioridade era mudar a máquina administrativa das políticas sociais, que estavam sendo guiadas pelos princípios da centralização, com o objetivo de satisfazer as elites políti-

cas e suas bases eleitorais. Em vista disso, foi extinta a SDRH e suas fundações, que foram substituídas por Secretarias do Estado (FERNANDES, 1996). [Essa arquitetura vinha atender às duas alas arenistas que continuavam travando embates para assumir o maior controle da máquina governamental, através da indicação dos secretários, pois cada secretaria assumida correspondia à automação do poder. Assim, a Secretaria do Estado de Educação foi criada. O primeiro Secretário nomeado em agosto de 1979, foi o professor Hércules Maymone, representante do grupo dos ortodoxos, que permaneceu no cargo apenas por cinco meses e foi substituído por Juvêncio César da Fonseca, representa dos independentes].

Perseguindo a consolidação do projeto de desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, a recém criada Secretaria de Estado de Educação precisava resolver o problema dos recursos financeiros, que eram “relativamente ineficientes”. Para tanto, precisaria tomar algumas medidas racionalizadoras: modernização tecno-administrativa, descentralização dos serviços educacionais e revitalização do serviço de estatística. Todas essas medidas, segundo o secretário de Educação da época, Hércules Maymone, tiveram que ser tomadas para evitar o desperdício de recursos humanos, financeiros e materiais e duplicação de esforços para os mesmos fins (MATO GROSSO DO SUL, 1980).

Por conta dessas medidas, o secretário Hércules Maymone desvia-se de suas promessas iniciais, pois, ao assumir o cargo, disse que a educação em Mato Grosso

do Sul seria o principal instrumento para o engrandecimento do homem, porém suas ações à frente da secretaria de Educação o apartavam das suas primeiras intenções. De fato, naquele momento, o importante era reduzir gastos da máquina pública, por isso, o governo queria descentralizar serviços. Porém essa medida desagradou a sociedade política: não apenas seus adversários, como também seus correligionários: os independentes. Desagrado que resultou na sua queda. Enfim, foi substituído pelo governador Pedro Pedrossian, que nessa época era líder dos independentes (FERNANDES, 1996).

Em suma, a sociedade política sul-mato-grossense queria um Estado centralizador, porém, capaz de conciliar os seguimentos regionais e setoriais da economia, harmonizar as discórdias políticas. O Governo Federal queria o governo do Novo Estado, agindo como um mediador entre as alas políticas, que lutavam pelos seus próprios interesses. A preocupação do Governo Central era com as eleições diretas que iriam acontecer em 1984, logo, o governo precisava do apoio das duas alas políticas. A municipalização era percebida como uma ameaça porque fragmentava o poder, atravancava a cultura do clientelismo, embora o governador Marcelo Miranda Soares em documento oficial, afirmasse o contrário:

Procurei, igualmente, dotar as Prefeituras Municipais de nosso Estado, de instrumentos institucionais e administrativos, no contexto das técnicas racionais de Administração Pública, para que elas pudessem absorver dinâmica e eficazmente os

melhores resultados das ações no campo econômico e social. Com estas ações tenho então buscado uma sempre eficiente alocação de recursos estaduais, estimulando a consciência e a responsabilidade dos seus retornos, fazendo também, com que os nossos Municípios participem, cada vez mais efetivamente, no fortalecimento da produção agropecuária do Estado (MATO GROSSO DO SUL, 1980, p. 5).

Quanto ao investimento na área da educação, em 1979, visando à ampliação e à melhoria das redes físicas estaduais e municipais, o governo proporcionou cerca de 10 mil novas vagas na zona rural e 26 mil na urbana (MATO GROSSO DO SUL, 1980).

Com relação às atividades administrativas, no exercício do governador Marcelo Miranda Soares, em documento oficial, enfatizou-se que consistia em um conjunto articulado de órgãos que “[...] atuam descentralizadamente no desempenho das atividades de recrutamento, seleção, avaliação de mérito, treinamento, controle funcional, cadastro, pagamento, classificação de cargos, concessão de benefícios e vantagens, e normatização da área do pessoal civil do Estado” (MATO GROSSO DO SUL, 1980, p. 126).

Todavia, a gestão de Marcelo Miranda não retribuiu, tal como a de Harry Amorim Costa, às expectativas do Governo Central, que desejava um partido forte e unido; de modo que o sucessivo desentendimento entre a elite política acarretaram a exoneração de mais um governador.

Vale ressaltar que outro conflito que prejudicou a gestão de Marcelo Miranda foi com a categoria dos professores, em



razão de melhores salários. Por conseguinte, precisava-se unir as classes trabalhadoras em torno do projeto de desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, como se esse projeto fosse capaz de beneficiar a todos indistintamente [Nesse momento Juvêncio César da Fonseca estava à frente da Secretaria de Educação].

Em suma, várias disputas internas dentro do partido do governo levaram a este desfecho, entre elas: “[...] a tentativa de Marcelo Miranda de afirmar-se como líder do partido<sup>13</sup>. Com esse objetivo, vinha percorrendo os municípios com seus assessores e inaugurando obras” (ROCHA, 1992, p. 41). Fato que desagradou muito a essa elite política<sup>14</sup> do Estado.

Assim, com discurso descentralizador, mas com atitudes centralizadoras, Marcelo Miranda Soares saiu do Governo [substituído por Pedro Pedrossian], no dia 30 de novembro de 1980, afirmando em documento oficial “[...] inaugurei um período de tranquilidade e justiça, necessário ao estabelecimento de prioridades e reivindicações ao Governo Federal como uma das condições de criação de alternativas descentralizadoras para consolidação deste Estado que floresce” (MATO GROSSO DO SUL, 1980, p. 9-10).

Em verdade, em decorrência dos embates entre os integrantes da classe política de Mato Grosso do Sul, daquela época, aconteceu uma ciranda de governadores, que será descrita nas próximas seções, só parando em 1983, com a posse do governador Wilson Barbosa Martins.

## Municipalização no governo Pedro Pedrossian (1980-1982)

O governo de Pedro Pedrossian teve início no dia sete de novembro de 1980, é marcado por um período cuja crise econômica iniciada em 1970 se aprofundou, e o Governo Federal, após perceber os limites do milagre econômico, criou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que se iniciou em 1974 e se propunha a completar o processo de industrialização, proporcionando a implantação do setor de bens de produção, que até então eram incipientes ou inexistentes. Para tanto, houve a necessidade de recursos externos por causa do aumento de importação e problemas na balança comercial, devido à diminuição das condições de crédito internacional e da desaceleração da economia brasileira. Também a retração dos recursos externos obrigou o governo a usar as empresas estatais para captação de mais recursos.

O esquema de acumulação dos grandes capitais, que se sustentava graças aos recursos externos e/ou públicos, acarretou a sobrecarga do Estado, que tinha a responsabilidade sobre os outros setores que estavam mais precários, gerando com essa atuação grande concentração de riquezas e renda, resultando em uma carência crônica de financiamento de longo prazo e um inchaço especulativo do mercado financeiro, impossibilitando a formação de uma base financeira nacional (GOLDENSTEIN, 1994).

Nesse período, o Estado de Mato Grosso do Sul, tal como o resto do país, sentia os resultados da crise econômica<sup>15</sup>,

que contribuía para as condições materiais de vida da população sul-mato-grossense, que tinha um grande número de pessoas no campo, e que em busca de melhores condições financeiras, começavam a migrar para as cidades maiores, e acabavam se alojando nas periferias e favelas (FERNANDES, 1996).

Simultâneo à crise econômica, estava em curso um processo de industrialização após a divisão do Estado (1979), ocasionando a elevação populacional dos centros urbanos, pois geralmente, muitas pessoas saíam do campo para as periferias dos centros urbanos. Esse processo resultou na mudança de um Estado de industrialização emergente, alterando a agricultura de subsistência em agricultura organizada objetivando as exportações de seus produtos (arroz, soja e trigo). Frigoríficos e indústrias de beneficiamento de grãos se instalaram no Estado (KASSAR, 2000).

Ressalte-se que a crise econômica comprometeu os recursos que seriam enviados pelo Governo Federal para instituir o Estado de Mato Grosso do Sul e a arrecadação era insuficiente para cobrir as despesas com obras e a folha de pagamento dos funcionários. Portanto, o Estado de Mato Grosso do Sul traz na sua história a crise financeira.

Nesse contexto, Pedro Pedrossian assume o governo, com o objetivo de fazer uma política educacional voltada para o controle dos descontentes com a fragilidade do atendimento às carências da população pobre.

Por isso, nesse governo, segundo Mensagem à Assembléia Legislativa (1981,

s/n), as atividades de assistência à comunidade foram desenvolvidas no sentido de auxiliar financeiramente as entidades comunitárias que atuavam junto aos carentes.

Outra ação desse Governo foi o projeto Panelão, que tinha o objetivo de eliminar a figura do intermediário, buscando na fonte alimentos básicos que eram entregues à população a preço de custo. Com essas ações, o governo afirmaria a sua política social baseado no modelo da política do governo central que tentava “[...] implementar a proposta de construir uma política educacional para uma sociedade, que pretendia tornar-se democrática” (SENNA, 2000, p. 25).

Quanto à educação, segundo Mensagem à Assembléia Legislativa (1982), as diretrizes que norteavam as ações do setor educacional discutiam alguns aspectos considerados principais: a expansão das oportunidades educacionais, com reforma, construção e ampliação de unidades escolares e adequação de seus equipamentos; a elevação do índice de produtividade do ensino, com capacitação de recursos humanos; a dinamização do sistema de atendimento técnico-pedagógico às Agências Regionais de Educação e a implantação do sistema de informações Estatísticas para a Educação, com o objetivo de fornecer subsídios para o planejamento educacional. [Nesta gestão, quem assumiu a pasta da Secretaria de Educação foi a Professora Mariza Serrano, que permaneceu um ano e quatro meses no cargo de Secretária e foi substituída pelo professor Fauze Scaff Gattas Filho, que permaneceu à frente dessa secretaria até o término do mandato de Pedro Pedrossian] (MATO GROSSO DO SUL, 1982).

No sentido de possibilitar o desenvolvimento das ações educativas, foram concedidos suprimentos para despesas de pronto pagamento das escolas da Rede Estadual de Ensino; o rendimento da metodologia e das diretrizes curriculares do ensino de 1º grau (hoje ensino fundamental) e a implantação de Sistemas de Informações Estatísticas Educacionais. Essas ações partiam da idéia do ajustamento racional da alocação de recursos e dos gastos correspondentes ao ensino de 1º grau, implicava na centralização de verbas diretamente nas mãos do Governo Estadual, afirmando a centralidade do Estado por intermédio das Agências Regionais de Educação, que distribuía merenda escolar a 215 mil alunos em todo o Estado com a ajuda de convênios com as Prefeituras Municipais (MATO GROSSO DO SUL, 1981).

O governador Pedro Pedrossian, em sua gestão, lançou o projeto assistencial Guatambu, implementado por meio de um conjunto de ações rápidas, com o objetivo de melhorar as condições de vida de 26 mil pequenos produtores rurais e de suas famílias, estimulando-os a permanecer no campo. Por isso, a elaboração de [...] projetos educacionais para capacitar 125 professores rurais, na área de saneamento ambiental e higiene e 14 supervisores de Agências Regionais de Educação, além de 20 monitores e 10 especialistas. Foram habilitados 400 professores, sendo 100 leigos, 220 em Letras e Estudos Sociais e 80 em técnica e operação agrícola (MATO GROSSO DO SUL, 1981).

Ainda na área técnico-pedagógica, foi prestada assistência aos serviços de aten-

dimento ao excepcional de diversos municípios do Estado, por meio de sessões de estudo, visitas e reuniões. Prestou-se apoio aos órgãos municipais de educação no tocante à proposição curricular e elaboração e produção de materiais de ensino-aprendizagem, além da prestação de assistência técnico-administrativa e implementação do sistema de supervisão intermediária, por intermédio das Agências Regionais de Educação (MATO GROSSO DO SUL, 1982).

Ao final desse governo (1982), percebe-se que a Secretaria de Educação, ao eleger suas estratégias de ação, elencou a participação dos municípios e diversos órgãos regionais, como também a participação da comunidade, mas essas ações não podem ser consideradas municipalização, porque a participação da comunidade, segundo Rocha (1992) ficou limitada às mães dos alunos do ensino pré-escolar, que uma vez a cada mês disponibilizavam seu dia para executar serviços domésticos na escola. Também a participação dos municípios e órgãos regionais aconteceu apenas no cumprimento de tarefas, pois a estrutura administrativa estadual era centralizada, tolhia o poder de decisão das Secretarias e municípios. Portanto, a centralização política e a centralização dos recursos financeiros já estavam em cena antes da divisão do Estado [Logo, não aconteceu um movimento a favor da municipalização, porque não aconteceu transferência de responsabilidades ou encargos e tomadas de decisões, com a participação efetiva da sociedade civil, do Estado para os municípios, pela existência de **convênio**, configurando um regime de colaboração: **Estado + Município = Municipalização**].

É importante sinalizar que o ano de 1982 foi influenciado pelas expectativas das eleições de 15 de novembro, que levaria às urnas 55 milhões de eleitores em todo o Brasil. Em virtude do uso abusivo da máquina governamental, os partidos de situação ficaram em desvantagem, enquanto os partidos de oposição venceram 66% do território nacional. Mato Grosso do Sul, como a maioria dos Estados brasileiros elegeu o Governador Wilson Barbosa Martins, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (BITTAR, 1998), que era um político excluído pelo Governo Militar de 1964.

### **Governo Wilson Barbosa Martins (1983-1986)**

Inicia-se em 1983 o governo Wilson Barbosa Martins, político ligado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido de oposição que não questionava a ordem de dominação, tampouco a relação entre capital e trabalho; opunha-se, sim, a forma de fazer governo do então governador Pedro Pedrossian (FERNANDES, 1996).

Nessa época, Mato Grosso do Sul vivia a euforia de que “sua maioria política teve início no pleito de 15 de novembro de 1982, com a eleição, diretamente pelo seu povo, do governador do Estado” (ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 1984, p. 2).

Por outro lado, vivia a preocupação com a situação difícil em que o Estado se encontrava. As dificuldades iam além do que a comissão de transição supunha, exigindo um planejamento de emergência, tal era a defasagem nos cálculos (MATO GROS-

SO DO SUL, 1984). Em Mensagem à Assembleia, o governador Wilson Barbosa Martins denunciou:

As dívidas encontradas, vultosas para a capacidade de endividamento do Estado, de tão difusas, ainda hoje, quase um ano decorrido, surpreendem, vez por outra, os setores especializados do Planejamento; [...] o ócio administrativo levava à paralisação total de todas as obras do governo; os compromissos internos, pela inadimplência, criaram um estado de descrédito [...]; o funcionalismo, com meses de atraso no seu pagamento, não tinha ânimo, [...] para o desempenho de seu importante mister (MATO GROSSO DO SUL, 1984, p. 3-4).

Por isso, o governo decidiu primeiramente equilibrar as finanças do Estado, definir criteriosamente as prioridades do gasto público, sem desperdícios no custeio e nos investimentos, objetivando o melhor uso dos recursos, cada vez mais escassos (MATO GROSSO DO SUL, 1984). [Nessa conjuntura que emerge a ilusão: Pedro Pedrossian constrói, endivida o Estado e Wilson é eleito para arrumar a casa, pagar as dívidas contraídas pela gestão anterior]<sup>16</sup>

Esse governo que se declarou como um governo democrático, logo, geraria políticas educacionais democráticas, que exigiam mecanismos institucionais que encorajassem a participação política nos processos decisórios, diminuindo a influência do Executivo. A tarefa mais difícil, naquele momento, para o governo, seria manter o controle da elaboração e execução das políticas do Estado (BITTAR, 1998); pois, para implementar um projeto político que privilegiasse o desenvolvimento, era preci-

so harmonia, tranqüilidade social e responsabilidade (MATO GROSSO DO SUL, 1994).

Nessa direção, o governo recém-empossado afirmava estar voltado para uma gestão austera e racional na administração dos negócios públicos. Uma gestão cujas ações seriam alicerçadas nos seguintes princípios:

- a) [...] adoção do planejamento participativo e sistêmico, como método e instrumento de integração, celebração e racionalização da administração pública;
- b) predominância do interesse social na prestação dos serviços públicos, com prioridade dos mais carentes;
- c) descentralização das atividades administrativas e executivas do governo e desconcentração espacial de suas ações delegando a execução de projetos e atividades, em particular da área social [...] (MATO GROSSO DO SUL, 1983, p. 39).

Esses princípios nos remetem ao passado, ao governo de Harry Amorim Costa e sua equipe de técnicos e especialistas, que tentaram descentralizar as ações do Poder Executivo, abarcando os municípios. A exemplo da Saúde, o governo procurou melhorar a qualidade dos seus serviços norteando-se por princípios de desconcentração e descentralização (MATO GROSSO DO SUL, 1983).

O então governador Wilson Barbosa Martins, justificava as ações do seu governo, assegurando que a aspiração do Poder Executivo era procurar os

[...] melhores níveis de qualidade de vida para todos os segmentos da população [...] conferir ao desenvolvimento o máximo de conotação qualitativa, tendo em vista o bem estar integral [e mais] 'tornar efetiva

a proposta democrática de **participação** crescente dos diversos segmentos sociais no processo decisório do Governo' (MATO GROSSO DO SUL, 1983, p. 10).

Em relação à educação, o governador pretendia "[...] melhorar o perfil da distribuição de renda, a partir do democrático processo de ascensão social; pois seria, segundo ele, a marca de uma nova época na história da política de nosso Estado de Mato Grosso do Sul", (MATO GROSSO DO SUL, 1983). Para viabilizar essa concepção de educação, Wilson Barbosa Martins nomeou como Secretário de Educação Leonardo Nunes da Cunha, apoiado pelos professores e estudantes comunistas, pois era uma figura de destaque na luta contra o Governo Militar, por sua postura democrática e por sua formação humanista (BITTAR,1998)

O ano de 1985 foi marcado por um lento, mas progressivo processo de redemocratização do país, de abertura política, de otimismo e populismo simultâneos. A mobilização de todas as forças para a modernização do país estava presente, a economia diversificava as importações e acelerava a concentração de renda nas mãos de poucos. Nesse período, a política da descentralização foi vista como o caminho que iria ajudar a construção da democracia em todos os setores da sociedade brasileira (BOTH *apud* BIGARELLA,2004).

Nessa conjuntura, o governo estava encaminhando suas ações para atingir objetivos de ordem social e política, tendo em vista o bem-estar integral e ainda para efetivar a proposta democrática de participação dos diversos segmentos sociais no

processo decisório do governo; para tanto, colocaria os setores sociais entre suas prioridades (ROCHA, 1992). No entanto, Wilson Barbosa Martins foi influenciado pelo clima de transformação democrática e reforçada pelo seu lema de campanha “vamos governar juntos”, que propunha a participação da sociedade civil na condução da política educacional em todos os níveis [municipal, estadual e federal] (BITTAR, 1998).

Para Wilson Barbosa Martins, democracia implicava voto direto e participação da comunidade, definição do II Plano Estadual de Educação (II PEE). A partir dessa concepção, foram organizados alguns projetos da Secretaria de Educação Estadual: a participação dos professores, alunos e da comunidade escolar na discussão dos problemas e das propostas educacionais, a participação dos professores e dos estudantes no Conselho Estadual de Educação. Entretanto, algumas passagens desse Plano sugerem que, no âmbito da educação, foi travada uma luta entre as forças liberais, progressistas e tradicionais, todas integrantes do governo Wilson Barbosa Martins (BITTAR, 1998).

Enfim, a Secretaria de Educação voltou suas ações para efetivar a gerência da escola pública de forma racional; para discutir, planejar e resolver o problema das vagas ociosas nas zonas rural e urbana; e para prover cada escola de um fundo de manutenção, que fosse administrado pela própria escola de acordo com suas necessidades (MATO GROSSO DO SUL, 1983). Contudo, a Secretaria de Educação continuou centralizada, e nada ocorreu pela municipalização, apesar de Leonardo

Nunes da Cunha afirmar que a nomeação dos dirigentes escolares deveria ser através de um consenso entre governo e sociedade civil [**sociedade política + sociedade civil = Estado**, Gramsci (1978) traz o conceito de Estado, que abrange a sociedade política que corresponde ao núcleo governamental que exerce o domínio legal e a sociedade civil que se constitui de agrupamentos com interesses comuns que se organizam para defender seus interesses].

Ao final do governo de Wilson Barbosa Martins, Marcelo Miranda, também do PMDB, inicia a sua campanha pautada em promessas para a após a posse, afirmando como diretrizes principais de seu governo a transformação do Estado produtor e exportador de matéria-prima para um Estado Industrializado e a garantia de acesso e permanência da criança na escola, valorização do magistério e modernização e autonomia administrativa da escola (MATO GROSSO DO SUL, 1983). Com esse discurso, Marcelo Miranda Soares chega novamente ao Governo do Estado do Mato Grosso de Sul.

### Gestão de Marcelo Miranda Soares (1986 – 1990)

Em 1986, Marcelo Miranda Soares retornou ao governo, já havia governado o Estado de agosto de 1979 a novembro de 1980, após a exoneração de Harry Amorim Costa. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ao qual o governador pertencia, elegeu em 1986, 26 governadores em todo o Brasil, de forma dicotômica e populista, usando o Plano

Cruzado como plataforma (FERNANDES, 1996).

No seu segundo governo, Marcelo Miranda Soares apresentou projeto de governo para uma sociedade democrática, moderna, liberal e elencou três princípios como meta: legalidade, impessoalidade e moralidade. Em suma, prometeu que o Poder Executivo praticaria suas ações no âmbito das leis constitucionais, jamais usando o Estado para favorecer parentes, amigos ou eleitores, demarcando os limites entre o público e o privado para estirpar o clientelismo de uma vez por todas. O objetivo era racionalizar a administração, com planejamento participativo e descentralização como principais ferramentas para um governo moderno e democrático; pois, Marcelo Miranda pretendia desencadear ações visando à modificação da estrutura produtiva do Estado. Nesse sentido a diretriz fundamental de seu governo foi a de transformar as características de Mato Grosso do Sul, de Estado produtor de matéria-prima para um Estado industrial (ROCHA, 1992).

Segundo o discurso oficial, a modernização da economia do Estado tinha o objetivo de melhorar as condições de vida da população sul-mato-grossense; o documento mensagens do governador Marcelo Miranda Soares à Assembléia Legislativa, expressa como prioridade das ações governamentais o III Plano Estadual de Educação 1988/1991 (MATO GROSSO DO SUL, 1989, p. 8).[Vale lembrar, que nessa gestão, estiveram à frente da Secretária de Estado de Educação dois secretários: o primeiro Aleixo Paraguassu Neto, que tomou a decisão de dar continuidade ao trabalho de

Leonardo Nunes da Cunha, pois Paraguassu é contrário a descontinuidade (ENTREVISTA, 2004 apud BIGARELLA, 2004). O segundo Secretário, Deputado Valter Pereira assumiu essa secretaria, priorizando a parte burocrática, planejamento e à organização e método, pouco se preocupou com a área pedagógica (ROCHA,1992)].

Os princípios do III Plano Estaduais de Educação (III PEE) tinham por objetivo uma escola pública que atendesse a população da zona rural, aos assentamentos agrários e às periferias das cidades. Uma escola pública que se preocupasse com os filhos da classe trabalhadora, por isso a formulação de uma política educacional comprometida com o processo de transformação da realidade, de forma crítica e coletiva e, a urgência de uma efetiva democratização da escola pública em termos de quantidade e qualidade (III PEE, 1988/1991).

Sob esse ponto de vista, a escola do discurso seria orientada por três princípios: universalização do ensino, valorização do educador e democratização administrativa, que seriam sustentadas pelas diretrizes: “garantia de acesso e permanência da criança na escola, valorização do pessoal administrativo, valorização do educando e dos professores, autonomia da escola e modernização administrativa” (III PEE, 1988/1991, p. 28-36).

Apesar de realçar a relevância da participação da comunidade, como forma de oposição às práticas burocráticas e tecnicistas, o segundo Secretário, Deputado Valter Pereira, priorizou a parte burocrática deixando em segundo plano a área pedagógica, demonstrando a fragilidade de

um III PEE que se encerrava em seu âmbito setorial, isolado de um plano global, sem buscar a articulação com as demais esferas sociais, econômicas e governamentais que determinam a prática concreta realizada no seio da escola pública, perdendo de vista a existência de uma realidade social, política e econômica que influenciava e, às vezes inviabilizava o alcance dos objetivos de uma comunidade educativa. Entre o dito e o feito nota-se que naquele momento histórico as práticas autoritárias ainda permeavam as relações com a comunidade escolar constituem-se em sérios obstáculos às garantias constitucionais dos indivíduos à viabilização de uma escola pública democrática (ROCHA, 1992).

Vale dizer, a Secretaria de Educação estava ciente de que a política educacional não dispunha de mecanismos para efetivar suas ações, pois a política educacional dependia de relações de poder no âmbito do Estado, logo, as decisões sobre o que realizar dependiam das relações com outros poderes e seus respectivos interesses (IIIPEE, 1988/1991).

Assim, o governo não conseguiu racionalizar a administração por meio de um planejamento participativo e de ações descentralizadoras para, com isso, fazer uma gestão moderna, racional e democrática. [Por conta disso, nesta gestão não aconteceram processos de parceria através de convênios entre Estado e municípios, interrompendo o tímido movimento municipalizador que até então vinha ocorrendo].

Marcelo Miranda Soares deixa o governo em dezembro de 1991, envolvido em um incidente que foi notícia nacional,

quando foi afastado da “governadoria por trabalhadores da Polícia Civil, da Saúde e do Magistério, que, demonstrando o nível de organização, ocuparam a governadoria por trinta dias como afronta ao poder e protesto por cinco meses de salários atrasados” (FERNANDES, 1996, p. 88). Diante de tais circunstâncias, Pedro Pedrossian foi eleito no primeiro turno, com 68% dos votos, assumindo o governo do Estado pela terceira vez com um novo discurso: modernização e reciclagem (ROCHA, 1992). [Primeiro mandato aconteceu em 1965, quando o Estado ainda era uno; o segundo em 1980, após a exoneração de Marcelo Miranda e o terceiro em 1991].

Nessa conjuntura de incertezas, e na ausência de políticas federais de salvaguarda, Mato Grosso do Sul entrava na década de 1990, sem dinheiro em caixa, ainda sob o impacto dos mal-sucedidos ajustes macroeconômicos, situação que exigia urgentes medidas, para que se superasse a grave crise que afetava a administração pública estadual. No ano de 1992, o Governador Pedro Pedrossian (1991/1994), tendo a frente da Secretaria de Estado de Educação a Professora Leocádia Aglaé Petry Leme (1991/1994) deu início ao Programa de Descentralização e Fortalecimento do Ensino de 1º Grau (hoje ensino fundamental), através da Lei nº 1.331, de 11 de dezembro de 1992, que facultou a parceria entre o Estado e os municípios, possibilitando a municipalização de 35 escolas em todo o Estado, e no período de 1993 a 1994.



## Considerações Finais

A análise do movimento de municipalização do ensino, na década de 1980, demonstrou através dos documentos produzidos pela Secretaria de Estado de Educação e pelos estudos bibliográficos, que essa política desenhou-se em um movimento tímido e não avançou em relação ao regime de colaboração de cooperação entre os sistemas [Estados e municípios], pois o Estado e os municípios não entraram em sintonia em busca da melhoria da qualidade do ensino.

Verificou-se também, que as concepções político-partidárias e sócio-econômicas, somadas às disputas da sociedade política do Estado provocaram a troca de cinco governadores no Estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1980 a 1990. A rotatividade de governadores gerou a rotatividade de secretários de educação, causando vários problemas para o setor educativo, uma vez que cada secretário queria caracterizar a sua gestão. Além disso, a troca constante do pessoal do primeiro escalão ocasionou a descontinuidade administrativa prejudicando o processo de municipalização.

Portanto, o movimento da política de municipalização do ensino no Estado de Mato Grosso do Sul, na década de 1980, não conseguiu concretizar um regime de colaboração entre Estado e municípios visando melhorar as condições do ensino, visto que, a municipalização do ensino só acontecerá com a transferência de responsabilidades e tomadas de decisões através da existência de convênio entre **Estado e**

**Município**, em regime de colaboração, com a participação de representantes da sociedade civil e com a melhora da qualidade do ensino.

## Notas

<sup>1</sup> Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada Materialização da Política de Municipalização do Ensino Fundamental no Estado de Mato Grosso do Sul nos anos de 1993 a 2002, defendida dia 24/09/2004, orientada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ester Senna, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

<sup>2</sup> "Políticas públicas são aqui entendidas como o 'Estado em ação'; é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para os setores específicos da sociedade" (HOFLING, 2001, p. 31).

<sup>3</sup> Vale lembrar que o uso das interpolações [ ] ao longo do texto é proposital, na tentativa de dar mais ênfase aos comentários e tentar estabelecer um melhor diálogo com o leitor.

<sup>4</sup> Ernesto Geisel, militar e presidente da República entre março de 1974 e março de 1979, nasceu em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, a 3 de agosto de 1908.

<sup>5</sup> Fundada em 4 de abril de 1966 para apoiar o governo, quando foi instaurado o sistema bipartidário pelo do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e do Ato Complementar nº 4. A ARENA foi extinta em 29 de novembro de 1979, com o fim do bipartidarismo aprovado pelo Congresso Nacional.

<sup>6</sup> A ala ortodoxa, assim chamada, por ser fiel aos objetivos do golpe de 1964, tinha sua expressão econômica assentada na pecuária extensiva, voltada para o corte. Entre seus representantes destacavam-se José Fragelli, ex-governador de Mato Grosso (1971-74) e os Senadores Rachid Saldanha Derzi e Antônio Mendes Canale. A ala dos independentes, articulada por Pedro Pedrossian, já considerado o primeiro governador de Mato Grosso do Sul, representava os interesses de outra fração da burguesia rural, interessada em implementar transformações na agropecuária, implicando racionalidade e uso de tecnologias mais avançadas. Oriundo das cama-

das médias urbanas, Pedrossian representava também os interesses da nascente burguesia industrial (Rocha, 1992, p. 30).

<sup>7</sup> O Governador Harry Amorim Costa, termina seu discurso oficial, dizendo: Enfim, o modelo de organização do Poder Executivo, daí resultante, leve, compacto, flexível e aberto, persegue as premissas da racionalização e da eficiência administrativa [...], cumprindo seus encargos na área social e apoiando e estimulando a iniciativa privada nos setores produtivos da economia, possam as ações do Governo encontrar-se com os anseios e as aspirações mais sentidas do povo sul-mato-grossense (CORREIO DO ESTADO, 1979, apud ROCHA, 1992, p. 44).

<sup>8</sup> A Projed foi contratada pelo Governo de Mato Grosso do Sul para planejar, estruturar e operacionalizar o Sistema de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

<sup>9</sup> Expressão usada por Rocha (1992, p. 39) que significa: regime resultante de enfraquecimento do poder central, e que une estreitamente autoridade e propriedade da terra, estabelecendo entre vassalal e suseranos uma relação de dependência.

<sup>10</sup> O Secretário da SDRH, no governo Harry Amorim

Costa era Romeu Martins.

<sup>11</sup> O Presidente Figueiredo exonerou Harry Amorim Costa e nomeou Marcelo Miranda Soares, que toma posse dia 29 de junho de 1979. (ROCHA, p. 37).

<sup>12</sup> Termo usado em discursos militares, que significa inimigo.

<sup>13</sup> Partido Democrático Social (PDS).

<sup>14</sup> Pedro Pedrossian, Mendes Canale, Rachid Saldanha Derzi, João Leite Schimit e José Fragelli.

<sup>15</sup> As crises econômicas iniciadas entre 1973 e 1975, mantiveram-se ciclicamente durante esses últimos 30 anos, devido ao desmoronamento da economia dos países ricos, extremamente capitalizados e que acabou resultando na crise do processo de acumulação. Dessa maneira, o capital, que antes era investido na produção industrial, migrou para as bolsas de valores, predominantemente em operações mundiais (VIEIRA, 2000).

<sup>16</sup> Cf. BIGARELLA, Nadia. *Materialização da política de municipalização do Ensino Fundamental no estado de Mato Grosso do Sul nos anos de 1993 a 2002*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2004.

## Referências

BIGARELLA, Nadia. *Materialização da política de municipalização do ensino fundamental no estado de Mato Grosso do Sul nos anos de 1993 a 2002*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2004.

BITTAR, Mariza. *Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: UFMS, 1998.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. *Políticas públicas de educação: a gestão democrática na rede estadual de ensino em Mato Grosso do Sul (1991 a 1994)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Mato Grosso do Sul, 1996.

GOLDENSTEIN, Lídia Goldenstein. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. In: *Caderno Cedes*. n. 55. Políticas Públicas e Educação. Campinas: Cedes, 2001.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Conhecimento e análise da Política de Atendi-

mento Educacional ao Portador de Necessidades Especiais no Estado de Mato Grosso do Sul. In: SENNA, Ester. (org.). *Política educacional de Mato Grosso do Sul na trajetória das Políticas Sociais: análise e diagnóstico (1980-1990)*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). *Mensagem à Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul*. Governador Marcelo Miranda Soares, 1980.

\_\_\_\_\_. *Mensagem à Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul*. Governador Pedro Pedrossiam, 1981. [as páginas do documento não apresentam numeração].

\_\_\_\_\_. *Mensagem à Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul*. Governador Pedro Pedrossiam, 1982.

\_\_\_\_\_. *Mensagem à Assembléia Legislativa*, n. 008/84, Campo Grande, 28 de fevereiro de 1984.

\_\_\_\_\_. *Secretaria de Estado de Mato Grosso do Sul*. III Plano Estadual de Educação – 1988/1991

\_\_\_\_\_. *Mensagem à Assembléia legislativa. Relatório de Atividades 1988*. Governador Marcelo Miranda Soares, 1989.

OLIVEIRA, Ceiton de. et al. *A municipalização do Ensino no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. O público e o privado na educação de Mato Grosso do Sul. In: SENNA, E. (org.). *Política educacional de Mato Grosso do Sul na trajetória das Políticas Sociais: análise e diagnóstico (1980-1990)*. Campo Grande: UFMS, 2000.

ROCHA, D. *A gestão da educação pública em Mato Grosso do Sul – práticas racionalizadoras e clientelismo*. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

SENNA, Ester. (org.). *Política educacional de Mato Grosso do Sul na trajetória das Políticas Sociais: análise e diagnóstico (1980-1990)*. Campo Grande, MS: UFMS, 2000.

VIEIRA, Sofia Lerche. *Política Educacional em tempos de transição (1985-1995)*. Brasília: Plano, 2000..

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 1997.

**Recebido em 06 de outubro de 2004.**

**Aprovado para publicação em 10 de novembro de 2004.**